

BOLETIM 75

Brasília, 4 de março de 2016

Trabalhadores querem levar pauta nacional unificada à Mesa da Construção Civil

Representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários da indústria da construção retomaram, nesta semana, as atividades da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

A Mesa, coordenada pelo secretário do Trabalho, José Lopes Feijó *(foto)*, foi criada para acompanhar a implementação do compromisso nacional entre governo, entidades dos trabalhadores e patronais. No último dia 1º de março, o fórum fez 5 anos de existência e a CONTRICOM participa da Mesa desde a sua criação.

O presidente da Confederação, Francisco Chagas Costa – Mazinho, participou da reunião que representou a reativação das atividades da Mesa, quando saudou a iniciativa e defendeu que a bancada dos trabalhadores, representada pela CONTRICOM, a Federação Nacional dos Trabalhadores na Construção Pesada (FENATRACOP) e as Centrais Sindicais, apresentem, na próxima reunião, prevista para acontecer dia 7 de abril, uma pauta nacional unificada em torno de questões como salário, outros itens econômicos e condições de trabalho.



Segundo Mazinho, “a construção é uma só e pedreiro é pedreiro em qualquer lugar, sendo inaceitável discrepâncias como as que verificamos atualmente, quando um mesmo profissional, desenvolvendo a mesma atividade e cumprindo a mesma jornada, é tratado de forma diferenciada em razão da região ou da cidade onde reside”.

O presidente da CONTRICOM voltou a cobrar do governo uma iniciativa concreta para a retomada das obras. “Não são apenas as grandes, mas também as pequenas e médias obras que têm uma grande capacidade de gerar emprego”, afirmou, reforçando, mais uma vez, proposta no sentido de que o governo invista, pelo menos, 30% dos R\$ 83 bilhões que pretende destinar para os investimentos na construção civil, “o setor que reúne a melhor condição para responder com rapidez a necessidade do país crescer e gerar empregos e renda”, afirmou, lembrando que a construção gera um efeito positivo em várias outras cadeias produtivas do país.

Mazinho informou que a bancada dos trabalhadores deverá se reunir antes da próxima reunião da Mesa na busca de uma agenda única que será apresentada ao governo e aos empregadores.

O representante da UGT e da FENATRACOP, Nilson Duarte, que coordena a bancada laboral,



defendeu a necessidade de se buscar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais como forma de induzir a geração de mais empregos.

Por sua vez, Eduardo Armond, também da FENATRACOP, abordou questões relacionadas à segurança jurídica dos acordos coletivos, das licitações e das questões relacionadas com as licenças de meio-ambiente. Sobre esse último tema, a bancada patronal manifestou-se contra a burocracia estatal na concessão das autorizações ambientais, o que, muitas vezes, inviabiliza ou retarda as obras, gerando prejuízos para as empresas e, conseqüentemente, para os seus trabalhadores.

O representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), Petrônio Vieira, também abordou questões relativas aos acordos trabalhistas e à insegurança das empresas para investir. Todos foram unânimes em criticar o governo, por exemplo, por não ter respeitado o pacto firmado para discutir, no âmbito da Mesa, a desoneração da folha do setor. O assunto foi implementado totalmente à revelia do segmento e sem nenhuma consulta à Mesa.

Já o coordenador José Lopes Feijó ressaltou a importância da reativação da Mesa e colocou o Ministério do Trabalho à disposição para garantir uma agenda permanente, ouvindo todos os integrantes do fórum.

Participaram também da reunião o companheiro Geraldo Ranthum, da Nova Central, que também é diretor da CONTRICOM; Marcos Hartung, da CONTICOM-CUT; Wilmar Santos, da FENATRACOP; Alvaro Moreira, do SINICON; e Patrícia Pelatieri, do DIEESE.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Banco Central mantém juros básicos em 14,25%

Pela quinta vez seguida, o Banco Central não mexeu nos juros básicos da economia. Por 6 votos a 2, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 14,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas, que preveem que a taxa permanecerá inalterada até dezembro.

Votaram pela manutenção da taxa Selic o presidente do BC, Alexandre Tombini, e cinco diretores: Aldo Luiz Mendes (Política Monetária), Altamir Lopes (Administração), Anthero Meirelles (Fiscalização), Luiz Edson Feltrim (Relacionamento Institucional e Cidadania) e Otávio Damaso (Regulação). Os diretores Sidnei Marques (Organização do Sistema Financeiro) e Tony Volpon (Assuntos Internacionais) votaram pela elevação da Selic em 0,5 ponto percentual.

Em comunicado, o Copom informou que as incertezas em relação à economia brasileira e global justificaram a manutenção da taxa.

Fonte: Agência Brasil

STF acata parcialmente denúncia contra o presidente da Câmara

O Supremo Tribunal Federal decidiu acolher parcialmente a denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no âmbito do Inquérito 3983. Cunha passa a ser réu e o

processo em seguida entrará na fase de instrução probatória. Haverá um processo legal completo, com direito a ampla defesa e contraditório, até que os ministros do STF decidam pela absolvição ou condenação.

O relator do caso, ministro Teori Zavascki, refutou a tese de que Cunha teria recebido vantagens indevidas de 2006 a 2009 relativas à compra de navios-sonda pela Petrobras, mas acatou denúncia referente aos anos de 2011 e 2012. Os argumentos preliminares apresentados pela defesa do presidente foram rejeitados. As acusações dizem respeito a fatos investigados pela Operação Lava Jato.

Eduardo Cunha afirma ser inocente e ressalta não ter cometido nenhuma irregularidade. Ele argumenta que o delator Júlio Camargo, que não havia citado o seu nome em depoimentos anteriores, foi pressionado por Janot a mudar de versão para prejudicá-lo. Cunha diz que foi escolhido para ser investigado como parte de uma tentativa do governo de calar e retaliar a sua atuação política.

O presidente garantiu que continuará no cargo. Ele lembrou que já foi aceito como réu por 5 votos a 3 pelo STF, em 2013, e absolvido por unanimidade no ano seguinte. Cunha observou que vários outros deputados são réus no Supremo. “Ser réu não significa condenação”, salientou.

Argumentos - O advogado de Cunha, Antonio Fernando de Souza, apontou contradições e inconsistências nas denúncias de Janot. Souza disse que Cunha sequer conhecia o lobista Fernando Soares (delator da Lava Jato) em 2006 — quando, segundo Janot, Cunha teria feito negócios com Soares.



Zavascki confirmou que a denúncia da Procuradoria-Geral da União não trazia provas de participação de Cunha na negociação de propina em 2006 e 2009, época da celebração de contratos de navios-sonda da Petrobras.

“Realmente, quanto à participação na celebração dos contratos houve uma certa alusão inicial por parte de depoimentos em delação, mas nada disso foi confirmado. Pelo contrário, os próprios colaboradores, depois, se encarregaram de afastar essa parte. Então, na verdade, o que restou, e não deixa de ser uma imputação grave, é a participação no segundo momento. E o meu voto, portanto, é que estão preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, podendo a denúncia ser parcialmente recebida”, explicou o ministro relator.

Na avaliação de Cunha, “só no início do voto do relator, já foram afastadas mais de metade das acusações do Ministério Público”. Ele afirmou ter um vasto material probatório para rebater todas as acusações. “Estou com a verdade e a inocência. Estou tranquilo”, declarou.

Fonte: Agência Câmara



CNI cobra ajuste fiscal para que juros possam cair

Os juros básicos da economia só poderão começar a cair se o governo cortar gastos, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em comunicado, a entidade destacou que a manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano não surpreende, mas cobra rigor com o ajuste fiscal para que tanto a inflação como os juros possam diminuir.

Para a CNI, o aprofundamento da recessão possibilitaria a redução da taxa básica de juros, porque, em tese, reduziria a demanda e as pessoas consumiriam menos, mas a inflação persistentemente alta e distante do centro da meta – de 4,5% para este ano – motivou a cautela do Banco Central em manter a Selic inalterada.

Além do ajuste fiscal, a confederação cobra reformas estruturais para melhorar a competitividade da economia e fazer o país voltar a crescer. “A redução dos juros depende de reformas estruturais e de um ajuste fiscal efetivo, que restabeleça a confiança dos agentes econômicos e afaste o risco de uma trajetória crescente e insustentável da dívida pública brasileira, abrindo caminho para a reorganização da economia e à retomada do crescimento”, concluiu o comunicado.

Fonte: Portal EBC

Inflação na saída das fábricas chega a 0,56% em janeiro

O preço dos produtos na saída das fábricas brasileiras voltou a subir em janeiro deste ano, depois de dois meses em queda. O Índice de Preços ao Produtor (IPP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede essa variação de preços, registrou inflação de 0,56% em janeiro deste ano.

Em dezembro e janeiro de 2015, tinham sido registradas deflações (quedas de preços) de 0,35% e 0,4%, respectivamente. Em 12 meses, o IPP acumula inflação de 9,86%, segundo o IBGE.

A alta de preços do IPP em janeiro deste ano foi puxada pela indústria da transformação, que teve inflação de 0,99% no período. As indústrias extrativas tiveram deflação de 14,42%.

Entre as grandes categorias econômicas da indústria, a maior inflação foi observada na de bens de capital (2,36%), seguidos pelos bens de consumo duráveis (1,43%), bens de consumo semi e não duráveis (0,68%) e bens intermediários (0,11%).

Dezessete atividades industriais tiveram alta de preços em janeiro, com destaque para fumo (4,77%), outros transportes (3,74%), metal (3,35%), vestuário (2,83%), papel e celulose (2,29%) e veículos (2,14%). Os alimentos tiveram inflação de 1,63%.

Seis atividades registraram queda de preços em seus produtos, com destaque para bebidas (-1,87%) e farmacêutica (-1,84%).

Fonte: Portal EBC



Inflação cai em sete capitais, diz pesquisa da FGV

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) caiu nas sete cidades pesquisadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na passagem de janeiro para fevereiro deste ano. A maior queda deu-se no Rio de Janeiro: 1,41 ponto percentual, já que a taxa recuou de 2,02%, em janeiro, para 0,61%, em fevereiro.

Outras duas capitais tiveram redução da taxa mais acentuada do que a média nacional, de 1,02 ponto percentual (já que a média do IPC-S caiu de 1,78% para 0,76%): Salvador (1,24 ponto percentual, ao passar de 2,06% para 0,82%) e São Paulo (1,04 ponto percentual, indo de 1,64% para 0,6%).

As demais cidades tiveram as seguintes reduções na taxa de inflação: Brasília (0,62 ponto percentual: de 1,55% para 0,93%), Belo Horizonte (0,93 ponto percentual: de 1,84% para 0,91%), Recife (0,47 ponto percentual: de 1,76% para 1,29%) e Porto Alegre (0,86 ponto percentual: de 1,66% para 0,8%).

O IPC-S é calculado com base na variação de preços em oito classes de despesas: alimentação, habitação, vestuário, saúde e cuidados pessoais, educação e recreação, transportes, despesas diversas e comunicação.

Fonte: Agência Brasil

Ministro do TST critica projetos de lei que flexibilizam direitos trabalhistas

Do Congresso não se pode esperar nada que venha a valorizar as relações de trabalho no Brasil. Ao contrário, deputados e senadores vêm tentando precarizar a vida do trabalhador sempre que possível. A opinião é do ministro Cláudio Brandão, do Tribunal Superior do Trabalho, que foi um dos palestrantes no 4º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo, organizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-2).

Ele ressaltou que o caminho para não permitir o retrocesso na área é se apegar à Constituição. O ministro lembrou com pesar de dois projetos de lei que tramitaram recentemente. Um passaria a reconhecer trabalhadores não registrados, oficialmente abrindo brecha para a existência legal de trabalho informal. O outro tentava estabelecer que a partir de um salário de R\$ 2,4 mil o contrato assinado pelo trabalhador prevaleceria sobre a legislação.

Para Brandão, tentar precarizar a relação de trabalho é um modo de frustrar a efetividade constitucional. “O artigo 170 da Constituição é uma



marca clara sobre a promoção da valorização do trabalho. O texto todo da Carta Magna fala em ampliar os direitos fundamentais e caminhar em busca da justiça social”, afirmou o ministro.

Ponderando sobre a flexibilização de direitos trabalhistas, o ministro citou José Gomes Canotilho. Em 2004, diante de uma crise econômica, o jurista português mudou sua posição, que era de não tolerar flexibilizações. Passou a ponderar que é um processo possível diante de cenários adversos e destinado a preservar trabalhos em épocas difíceis. Porém, o trabalhador deve sempre receber algo em troca para compensar a perda.

“Essa política substitutiva deveria ser tocada pelos sindicatos, mas eles não o fazem e também não se preocupam em defender a classe. Eles seriam as entidades para saber o que os trabalhadores podem receber em troca que compensaria perder algum direito, [deveriam] usar a criatividade para chegar nessas soluções”, lamenta Brandão.

Adequação da CLT - Ressaltando as mudanças sociais pelas quais o Brasil e o mundo vêm passando, o economista Marcio Pochmann participou do debate com Brandão e falou sobre a necessidade do conjunto de leis trabalhistas acompanhar o processo histórico.

“A CLT foi feita em um momento que a massa dos trabalhadores era industrial. Hoje o Brasil é um país de serviços. E existem muitas outras questões: o trabalho feito de casa, a ascensão da mulher no mercado (ela é hoje mais escolarizada que o homem e também vive mais), o aumento na expectativa de vida e o envelhecimento da população. Isso tudo faz com tenhamos que rever nossas leis, ampliá-las, adequá-las”, explicou o ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Pochmann falou sobre o novo momento da globalização, no qual grandes corporações tem mais influência, dinheiro e poder que as nações. Diante desse cenário doméstico e internacional, ele afirma que a adequação da CLT deve ser feita olhando para frente e não para o retrovisor. “Estamos alienados pela cultura criada pelos mercados financeiros e o resultado é que só pensamos a curto prazo. Saber o tipo de regulação trabalhista que Brasil precisa requer que se pare e reflita bem, até se chegar a um plano que contemple o longo prazo”, disse.

Fonte: Consultor Jurídico

Fim de contribuição de 10% do FGTS em caso de demissão vai a Plenário no Senado Federal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou projeto de Lei Complementar que extingue o pagamento, por parte do empregador, da contribuição social de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no caso de demissão de funcionário sem justa causa.

Segundo o autor da proposta (PLS 550/2015), senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o motivo que levou à criação da contribuição social não existe mais: a necessidade de corrigir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em função de perdas geradas pelos planos Verão e Collor I.

A correção, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, foi estimada em cerca de R\$ 42 bilhões. O objetivo do STF era garantir que o FGTS



cumprisse a função de operar políticas sociais. A recomposição foi alcançada em 2012, segundo Cássio. Por isso, "inexistem motivos para que essa contribuição se perpetue."

Cunha Lima acrescentou que, recentemente, o Congresso Nacional aprovou projeto do então senador Renato Casagrande que acabava com a contribuição social (PLS 198/2007), mas que foi vetado pela presidente da República.

A relatora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), avalia que a proposta não mexe com o bolso do trabalhador, mas garante um alívio para os empresários.

"Recomposto o patrimônio do FGTS, não há motivo que justifique a manutenção da contribuição em foco, que só aumenta o custo da mão de obra no país", afirmou. A proposta segue para análise do Plenário do Senado.

Fonte: Agência Senado

Trabalhadores poderão usar Disque-Denúncia para defender seus direitos

Trabalhadores, aposentados e pensionistas podem ganhar um novo canal de denúncia contra fraudes a seus direitos. Projeto de lei do Senado que institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) do Senado Federal. Se não houver recurso para votação no Plenário, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

A autora do PLS 30/2015, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), justifica o projeto pelo fato

de que os casos fraudulentos envolvendo benefícios trabalhistas e previdenciários, além de prejudicar os direitos dos mais necessitados, prejudica a arrecadação das receitas públicas e o desenvolvimento de políticas públicas.

"Atualmente, o Brasil vivencia uma grave crise econômica, o que vem forçando o governo a promover diversas medidas de austeridade com a finalidade de corrigir as contas públicas", afirmou a senadora.

O relator da proposta, senador Ricardo Franco (DEM-SE), defendeu a aprovação da iniciativa, que, segundo ele, vai permitir que ações que desrespeitem o direito do trabalhador cheguem ao conhecimento da autoridade competente para resguardar esses direitos.

De acordo com o texto, o Disque-Denúncia do Trabalhador será regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: Agência Senado

O exonerado ou demitido deve pedir a manutenção do plano de saúde em até 30 dias

Com a demissão sem justa causa do empregado, e com a aposentadoria do trabalhador, surgem os direitos inculpidos nos artigos 30 e 31 da Lei de n.º 9.656 de 1998 à manutenção da filiação ao plano de saúde coletivo mantido pelo empregador, pelos prazos estipulados na lei, ou por prazo indeterminado ao aposentado que contribuiu



por mais de 10 (dez) anos aos produtos de que trata a lei referida.

No entanto, para o exercício de tal direito, é dever do ex-empregado e do aposentado a manifestação formal do seu interesse na manutenção do convênio médico ao seu ex-empregador, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de oferecimento pelo ex-empregador da oferta de continuidade. Vejamos as condições estabelecidas para a manutenção expressas de modo didático no site da ANS.

“Para que o aposentado ou ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa seja mantido no plano devem ser observadas as seguintes condições:

- 1 Ter sido beneficiário de plano coletivo decorrente de vínculo empregatício.
- 2 Ter contribuído com pelo menos parte do pagamento do seu plano de saúde.
- 3 Assumir o pagamento integral do benefício.
- 4 Não ser admitido em novo emprego que possibilite o acesso a plano privado de assistência à saúde.
- 5 Formalizar a opção de manutenção no plano no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da comunicação do empregador sobre o direito de manutenção do gozo do benefício.”

Sem a manifestação formal do interesse na manutenção do plano coletivo, após comprovada oferta de manutenção do plano ao ex-empregado pelo ex-empregador, haverá a operação da decadência do direito de exigir a manutenção.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)